

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 01/2019 - EXTRAORDINÁRIA
(Mandato 2017/21)**

DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE JANEIRO DE 2019

CONTÉM 12 PÁGINAS



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 01/2019 (MANDATO DE 2017/2021) DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 28 DE JANEIRO, INICIADA ÀS 21H00 E CONCLUÍDA ÀS 22h00.

Sumário

Páginas

= ABERTURA =	3
= ORDEM DO DIA =	4
TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS	4
= ENCERRAMENTO =	12



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ABERTURA

----- No dia vinte e oito do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Perfeita Barreiro de Araújo Esteves e Elizabete Dantas Afonso Rodrigues, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 28.º da Lei n.º 75/2013, de 02 de dezembro, convocada pelo edital do dia dezassete do mês de janeiro do ano de dois mil e dezanove. -----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: -----

Palmira Ribeiro da Costa (PS); Luísa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães; Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.-----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS); Manuel Pinheiro Monteiro (PS); João Manuel da Cunha (PPD/PSD); Perfeita Barreiro Araújo Esteves (PS); Joaquim Felgueiras Lopes (PS); Filipe Alexandre Barbosa Ferreira (PS); Iolanda Maria Cerqueira Pereira (PS); Ricardo Carlos de Sousa Marinho (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Celina Araújo de Sousa (PCP/PEV); Sónia Guida da Silva Araújo (PPD/PSD); Elizabete Dantas Afonso Rodrigues (PS); Tiago Filipe Soares Castro de Sousa (PS); Rosalina Maria Barbosa Martins (PS); Jorge Santos da Rocha (PS), presidente da junta da freguesia de Aqualonga; Celestino Rodrigues (PS), presidente da junta da freguesia de Castanheira; Luís Miguel Barbosa Montenegro (PS), presidente da junta da freguesia de Coura; Manuel Lopes Fernandes (PS), presidente da junta da freguesia de Cunha; Bruno Miguel Amorim Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Infesta; Armando Alves Araújo (PS), presidente da junta da freguesia de Mozelos; Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS), presidente da junta da freguesia de Padornelo; José Alberto Rosas Mota (PS), presidente da junta da freguesia de Parada David Jorge Pires Saraiva (Independente) presidente da junta da freguesia de Rubiães; Sérgio Miguel Barbosa da Costa (PPD/PSD), presidente da junta da freguesia de Vascões; Armando Ferreira Feijó (PS), presidente da união das freguesias de Bico e Cristelo; António Soares Gonçalves Pereira (PS), presidente da união das freguesias de Formariz e Ferreira; Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS), presidente da união das freguesias de Insalde e Porreiras; Cláudia Isabel de Moraes Pires de Lima (PS), presidente da união das freguesias de Paredes de Coura e Resende. -----

----- Do presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira, e dos vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); Maria José Brito Lopes Moreira (PS); Vítor Manuel Rosas da Silva (PS) e Sérgio de Sousa Caselhos (PS).-----

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Substituições: -----

----- Laurentino Manuel Pereira Alves (Independente), presidente da união das freguesias de Cossourado e Linhares foi substituído por Carlos Alberto Nogueira Braga, tesoureiro da união das freguesias. -----

----- António José de Sousa Alves (PS), presidente da junta da freguesia de Romarigães foi substituído por Manuel António Castro Freitas, tesoureiro da junta da freguesia. -----

ORDEM DO DIA

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

----- Ponto n.º 1 – **Apreciação, discussão e votação da proposta de transferência de competências para as autarquias locais, conforme proposta que se transcreve a seguir:** -----

----- “As autarquias locais desempenharam e desempenham um papel fundamental no progresso e na coesão social e territorial do País. Como tal, a participação do poder local pode e deve ser progressivamente alargada para novas competências em setores atualmente da Administração Central. -----

Nesse sentido, foi aprovada a Lei nº 50/2018, de 16 de agosto, a Lei Quadro da transferência de competências para as Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais. Esta Lei remete para diplomas de âmbito setorial a transferência de novas competências, a identificação da respetiva natureza, a forma de afetação dos respetivos recursos e a definição das disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa. -----

Esta Lei definiu o dia 15 de setembro de 2018 como o prazo limite para os órgãos deliberativos das autarquias locais se pronunciarem relativamente à sua intenção de assumirem as novas competências já em 2019. No entanto, nessa data não se encontravam aprovados os referidos decretos-lei sectoriais e os envelopes financeiros associados a cada autarquia com a identificação das verbas por área de competências a transferir. Como tal não estavam reunidas as condições para que as autarquias pudessem deliberar se aceitavam exercer as novas competências no ano de 2019. -----

No final de novembro de 2018, foram publicados no Diário da República 9 decretos-leis sectoriais para os órgãos municipais, nomeadamente: -----

1. Decreto-Lei nº 97/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, publicado em 27 de novembro e que entrou em vigor no dia 02 de dezembro de 2018; -----

2. Decreto-Lei nº 98/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, publicado em 27 de novembro e que entrou em vigor no dia 02 de dezembro de 2018; -----

MANDATO DE 2017 A 2021



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

3. Decreto-Lei nº 100/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação, publicado em 28 de novembro e que entrou em vigor no dia 03 de dezembro de 2018; -----
 4. Decreto-Lei nº 101/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e intermunicipais no domínio da justiça, publicado em 29 de novembro e que entrou em vigor no dia 04 de dezembro de 2018; -----
 5. Decreto-Lei nº 103/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no apoio às equipas de intervenção permanente das Associações de Bombeiros Voluntários, publicado em 29 de novembro e que entrou em vigor no dia 04 de dezembro de 2018; -----
 6. Decreto-Lei nº 104/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da instalação e gestão de Lojas de Cidadão e de Espaços Cidadão; Instituição e Gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes e aos Centros Locais de Apoio e Integração de Migrantes, publicado em 29 de novembro e que entrou em vigor no dia 02 de dezembro de 2018; -----
 7. Decreto-Lei nº 105/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da habitação, publicado em 29 de novembro e que entrou em vigor no dia 02 de dezembro de 2018; -----
 8. Decreto-Lei nº 106/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, publicado em 29 de novembro e que entrou em vigor no dia 02 de dezembro de 2018; -----
 9. Decreto-Lei nº 107/2018, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, publicado em 29 de novembro e que entrou em vigor no dia 02 de dezembro de 2018. -----
- Foram ainda publicados no Diário da República os quatro decretos-leis sectoriais para os órgãos intermunicipais, nomeadamente: -----
1. Decreto-Lei nº 99/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo, publicado em 27 de novembro e que entrou em vigor no dia 02 de dezembro de 2018; -----
 2. Decreto-Lei nº 102/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, publicado em 28 de novembro e que entrou em vigor no dia 03 de dezembro de 2018; -----
 3. Decreto-Lei nº 101/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça, publicada em 29 de novembro e que entrou em vigor em 4 de dezembro de 2018; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

4. Decreto-Lei nº 103/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários, publicada em 29 de novembro e que entrou em vigor em 4 de dezembro de 2018;

A Lei-Quadro também prevê a inscrição no Orçamento do Estado para 2019 dos recursos financeiros a atribuir às autarquias locais para a prossecução das novas competências, cujos montantes devem constar no Fundo de Financiamento da Descentralização (FFD). No entanto, em sede de aprovação do Orçamento do Estado para 2019 foram rejeitadas na Assembleia da República as normas relativas à dotação do FFD. A ANMP-Associação Nacional dos Municípios Portugueses refere “não haver, no momento, possibilidade de serem efetuadas alterações orçamentais destinadas ao seu reforço nem estando determinado qual o procedimento legal a seguir para o efeito”. -----

Assim, no passado dia 8 de janeiro, a ANMP tomou a deliberação de “exigir ao Governo e aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento do processo de descentralização em curso, devendo esta clarificação ser efetuada antes da publicação e entrada em vigor dos restantes Decretos-Lei setoriais.” -----

Na Assembleia da República, no passado dia 4 de janeiro, foi aprovada uma Recomendação para que o Governo apresente à AR os montantes do Fundo de Financiamento da Descentralização por Autarquia para o ano de 2019 até ao final de fevereiro e que conceda um prazo de 60 dias corridos após a publicação da Lei para os Municípios se pronunciarem sobre o exercício das competências previstas nos decretos leis no ano de 2019. -----

A Câmara Municipal considera que a proximidade ao território e ao cidadão permite tomar melhores decisões para as populações, por um lado, e fazer uma melhor gestão, por outro. As autarquias locais, dispondo dos meios necessários, poderão obter melhores resultados para as pessoas do que os obtidos pelo estado central. -----

Assim, consideramos que é fundamental continuar a aprofundar a transferência de competências, garantindo que ela seja concretizada com os recursos humanos, organizacionais e financeiros necessários para, com responsabilidade e defendendo de forma intransigente os interesses dos lourenses, garantir um melhor serviço público de proximidade. -----

Da listagem dos diplomas enumeradas relativamente à transferência de competências para o Município, consideramos que relativamente a alguns, quer porque implicam o financiamento da atividade por de meio de taxas, quer porque correspondem a setores em que a atuação e o suporte do Município já existem por meio de protocolo, impõe-se que sejam tacitamente aceites. -----

Não obstante, outros há relativamente aos quais não estão devidamente maturadas as condições económicas e financeiras de suporte a uma boa execução já no ano de 2019. Pelo que, relativamente a esses, impõe-se uma expressa recusa ao exercício das competências para o presente ano de 2019 e consequente comunicação à DGAL, nada obstando que no futuro seja outro o sentido de decisão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Face ao exposto, propomos que a Câmara Municipal, relativamente às competências municipais, delibere propor à Assembleia Municipal que, relativamente ao ano de 2019, o Município de Paredes de Coura: -----

- 1.- Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº 98/2018, de 27 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, nomeadamente rifas, tómbolas, sorteios, concursos publicitários, concursos de conhecimentos e passatempos, ao abrigo do artigo 28º da lei nº 50/2018, de 16 de agosto;-----*
- 2.- Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº 100/2018, de 28 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio das vias de comunicação, ao abrigo dos nºs 1 e 2 do artigo 21º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;-----*
- 3.- Não pretende exercer as competências previstas no Decreto-Lei nº 107/2018, de 29 de novembro, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do estacionamento público, ao abrigo do artigo 27º da Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.*

No que ao plano intermunicipal diz respeito, recebemos da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho o documento 1 que se anexa e do qual resulta ter sido consensualizado na Deliberação aprovada na última reunião do Conselho Intermunicipal propor que a Comunidade Intermunicipal assumas as seguintes competências: -----

- 1. Decreto-Lei nº 99/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da promoção turística interna sub-regional, em articulação com as entidades regionais de turismo, publicado em 27 de novembro e que entrou em vigor no dia 02 de dezembro de 2018;-----*
- 2. Decreto-Lei nº 102/2018, que concretiza a transferência de competências para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e programas de captação de investimento, publicado em 28 de novembro e que entrou em vigor no dia 03 de dezembro de 2018;-----*

Mais resulta da mesma comunicação ter sido consensualizado naquela deliberação do Conselho Intermunicipal propor que a Comunidade Intermunicipal não aceite em 2019 as seguintes competências, atendendo a que se tratam de domínios de intervenção não enquadrados na atual ação da CIM Alto Minho, existindo assim a necessidade de desenvolver trabalho prévio com as autoridades responsáveis pela Justiça e pela Proteção Civil, de forma a que se possa vir a ponderar devidamente o seu exercício com a devida e prévia capacitação institucional: -----

- 1. Decreto-Lei nº 101/2018, a transferência de competências para os órgãos municipais e das entidades intermunicipais no domínio da justiça, publicada em 29 de novembro e que entrou em vigor em 4 de dezembro de 2018;-----*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

2. Decreto-Lei nº 103/2018, a transferência de competências para os órgãos municipais no domínio do apoio às equipas de intervenção permanente das associações de bombeiros voluntários e para os órgãos das entidades intermunicipais no domínio da rede dos quartéis de bombeiros voluntários e dos programas de apoio às corporações de bombeiros voluntários, publicada em 29 de novembro e que entrou em vigor em 4 de dezembro de 2018; -----

Mais se propõe que, tendo em conta a data termo da comunicação à Direção Geral das Autarquias Locais da não aceitação da transferência das competências previstas nos referidos diplomas (60 dias corridos após a sua entrada em vigor), seja requerida ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 28º nº 1, alínea a), do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a convocação de uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, para a tomada de deliberação sobre a não pretensão de exercer as referidas competências municipais e intermunicipais, bem como a proposta de assunção de duas competências intermunicipais, a realizar antes de 31 de janeiro corrente, de modo a permitir a comunicação, no prazo estabelecido, da posição municipal relativamente a todos os diplomas setoriais, tomada numa única reunião do órgão deliberativo.-----

Presidente da Câmara: o Estado português foi sempre centralista, inseguro e distante. Nunca teve uma vontade de prestação de serviços de proximidade. Quando se fala em descentralizar exacerba-se sempre os riscos, a atomização do poder e muitas vezes até toca a trombeta da corrupção. Por isso, devemos louvar este Governo porque, pela primeira vez, teve a coragem de transferir competências para as autarquias. O processo até pode ser alvo de reparos ou de críticas. Mas temos de ser verdadeiros, porque este Governo é o primeiro a olhar para o país como um todo. E António Costa, o primeiro-ministro, com a sua anterior experiência autárquica, sabe que um país não se pode governar com uma cabeça gigantesca e um corpo anémico. Assim não funciona. -----

Uma nova geração de autarcas, de ambos os partidos, tem mostrado que há massa crítica para governar e gerir os territórios com inteligência e inovação. É evidente que as autarquias não reclamam uma descentralização absoluta, porque isso significaria o fim do próprio Estado, mas também não desejam ser uma sucursal do Estado ou uma agência local de serviços públicos. -----

A Câmara Municipal de Paredes de Coura tem uma grande vontade de colaborar, uma grande vontade de estar ao lado deste processo de descentralização. Estamos, por isso, dispostos a articular e a colaborar com o Governo dentro das nossas possibilidades que estão relacionadas com os nossos recursos humanos e, obviamente, também com os nossos meios financeiros. -----

Apoiamos a descentralização e estamos dispostos a assumir as competências no domínio da habitação, da gestão do património imobiliário público que não tem utilização, do apoio às equipas de intervenção permanente dos bombeiros voluntários, as EIP; e no domínio da justiça (inserção social de jovens e adultos, prevenção e combate à violência doméstica, e de uma forma geral, o apoio a todos as vítimas de crimes). -----

No domínio da habitação, todos sabem que neste momento temos um projeto de construção de habitação a custos controlados e temos um relacionamento estreito com o nosso Governo. Faz sentido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

aceitar esta competência porque pode ser determinante na execução deste projeto que permitirá fixar mais jovens no nosso concelho e oferecer habitação a todos aqueles que têm menores recursos. -----

Aceitamos também as competências no domínio da gestão do património público sem utilização porque, como é do conhecimento de todos, neste momento temos um bom relacionamento com o nosso Governo na procura de uma solução para o edifício do antigo sanatório, que pode estar para breve. A autarquia e o governo têm mantido uma boa relação que importa consolidar. -----

Apoiamos convictamente os nossos Bombeiros Voluntários e apoiamos a EIP, através da assinatura de um protocolo que no fundo já concretiza as transferências dessa competência, ou seja, já a assumimos anteriormente, antes dela ser transferida. -----

Por último, temos novamente o nosso Tribunal de volta com a capacidade para julgar todo o tipo de causas. E isso só foi possível graças a uma cooperação institucional com o Governo que tem sido um exemplo perfeito de partilha de competências. Faz assim, inteiro sentido, que aceitemos as competências no domínio da justiça. -----

Aceitamos, com convicção, estas competências e estamos a preparar a nossa estrutura de governação para aceitar novas competências quando estiverem preparados os nossos recursos humanos e reunirmos condições financeiras para receber essas competências e prestar a todos cidadãos um bom serviço de proximidade com elevados padrões de qualidade e eficiência. -----

Não somos muito de elogios, mas convém dar os parabéns ao nosso Governo pela coragem e pela vontade de associar as autarquias a um processo de governação partilhada que permitirá melhores serviços, bem como, uma melhor gestão pela eficiência e agilidade. Os cidadãos e as regiões beneficiarão muito com este processo. -----

Nós acreditamos na bondade do processo, apesar de sabermos que o caminho só agora é que começa. -

Celina Sousa: (PCP/PEV): São já vários os municípios que recusaram a transferência de competências da Administração Central. Autarquias de norte a sul do país e de várias cores políticas: CDU, PS, PSD e mesmo de listas de cidadãos eleitores. -----

A falta de clareza dos aspetos financeiros e organizacionais dos diplomas publicados e o facto de o Fundo de Financiamento da Descentralização não ter dotação financeira no Orçamento de Estado de 2019 são alguns dos argumentos referidos por estes municípios. -----

Na minha opinião, o PS e PSD continuam a falar na “Grande Reforma do Estado”, mas ela continua por concretizar. Na Constituição da República de 1976 está consagrada a Regionalização do País, através da criação de Regiões Administrativas, no sentido de terminar com as assimetrias económicas e sociais que hoje se registam por todo o território e que, a cada dia que passa, se acentuam. -----

Em vez de se ter uma discussão séria e definitiva sobre uma real componente de descentralização que tenha em atenção questões fundamentais, tais como:-----

- a garantia de que ela manterá o carácter universal das principais funções do Estado;-----
- a concretização dos três níveis da Administração, o Central, o Regional e o Local; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

- a manutenção da autonomia do poder local; -----

- a garantia de disponibilidade dos meios necessários à concretização das novas competências. -----

Em vez de uma discussão séria, como dizia, assistimos foi a uma negociata entre PS e PSD, a nível nacional, cuja apreciação geral sobre o processo, sobre o conjunto de implicações financeiras, humanas e organizacionais, sobre a ausência de conhecimento relativamente às matérias a transferir, sobre as condições e as suas implicações, deveriam ser motivos suficientes para se rejeitar as novas transferências. -----

Pelos motivos enumerados, sou a favor da não aceitação de competências previstas nos decretos-lei sectoriais, porque não concordo com a transferência de competências da Administração Central tal como está a ser aplicada. -----

Ricardo Marinho (PPD/PSD): tratando-se de uma situação de gestão de património, perguntou o motivo da retirada de hasta pública do edifício do sanatório, agendada para 18 de dezembro e, ainda, o que está projetado para esse edifício. -----

Presidente da Câmara: a hasta pública do edifício do sanatório foi retirada por não ter incluído todos os edifícios abrangidos, a “Casa dos Médicos” e a “Casa dos Enfermeiros”, localizados junto à estrada. Todas as frações devem ser submetidas à mesma hasta pública, já que nenhum investidor estaria disposto a adquirir o edifício principal e sujeitar-se a que outro investidor, com interesses diferentes, pudesse desenvolver para o mesmo espaço um projeto distinto que pudesse inviabilizar, distorcer ou até entravar o bom desenvolvimento do projeto inicial. -----

Informou que a próxima hasta pública está prevista para a primeira quinzena do próximo mês de março e se a marcação de hasta pública dá a ideia da existência de um projeto concreto, não quer dizer que o haja, mas pelo menos, há um investidor muito interessado, até já com dinheiro investido, mas que obviamente está sujeito à hasta pública. -----

Manuel Monteiro (PS): sabemos bem da grande vocação do PS para o governo das autarquias locais, sabemos também que o partido socialista é o grande precursor do poder local democrático. Sempre foi um defensor do aprofundamento da democracia através do reforço institucional e organizado do poder que mais próximo se encontra dos cidadãos – as juntas de freguesia, as câmaras municipais, as assembleias municipais e mais recentemente as unidades políticas de carácter supramunicipal, as comunidades intermunicipais. -----

Pois sabemos bem da importância da proximidade para uma boa decisão, que o conhecimento bem sustentado dos problemas é a melhor forma de desenhar e adequar as necessárias soluções, dos ganhos de eficiência e de eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, nomeadamente, dos recursos financeiros, que a proximidade dos eleitos e das organizações locais a isso levam. Sabemos, pois, do contributo para o aprofundamento da democracia e da participação das populações locais nos processos de tomada de decisão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ora, senhor presidente e senhores membros desta assembleia: -----

Sabemos ainda que o nível local sempre mostrou mais adequado à concretização de competências de serviço público e o nível local é a melhor garantia para a coesão territorial; para a igualdade do acesso e para a universalidade de serviço público. E ainda sabemos que é o nível local o mais facilmente escrutinável pelos cidadãos e onde estes tenderão a exigir numa cada vez maior e melhor prestação de contas. -----

Por tudo isto, estamos necessariamente de acordo com toda a dinâmica institucional e política que vá no sentido do aprofundamento e do reforço da capacidade e competências do poder local. Capacidade e reforço que não deverão ser procuradas e assumidas a qualquer preço. -----

Sabemos, de experiência feita, que o exercício pleno de uma competência de serviço público só se pode concretizar plenamente com a alocação de recursos: desde logo recursos financeiros, também organizacionais e humanos. Bem anda o nosso executivo municipal, quando nos apresenta uma proposta cuidada, sensata e bem instruída. -----

Ora, não estando devidamente consolidadas as condições económicas e financeiras, organizativas e de recursos humanos, é da maior responsabilidade política não subscrever as condições de transferência de competências nesta data, existente.-----

Sendo este o sentido da proposta do executivo municipal, o grupo municipal do Partido Socialista que aqui represento não poderia estar mais e acordo. -----

Por isso subscrevemos total e inequivocamente a proposta em apreço.-----

Sabendo que é um processo que agora se inicia e o caminho faz-se caminhando e que este executivo nos tem dado provas de sensatez, de capacidade de negociação, que devemos sublinhar e devemos aplaudir.-----

Presidente da Câmara: a transferência de competências é um processo que está em curso. Há municípios que aceitam a transferência das competências, outros não. Alguns aceitam-nas todas, outros só parte, o que pode depender, obviamente, da estratégia política. Há autarquias que tomaram posições diferentes que podem depender da situação financeira ou dos recursos humanos, de cada município. As competências só podem ser assumidas depois de profundamente analisadas e se os recursos humanos existentes puderem prestar esse serviço de forma eficiente e com qualidade. Há situações em que os fundos financeiros da descentralização ainda não estão definidos. É um processo dinâmico. A Câmara de Paredes de Coura aceitou as competências que considerou estratégicas e porque tem recursos humanos com conhecimento para as executar. -----

Em 2021, a maior parte dos municípios acabará por aceitar as competências. É obvio que não deverão aceitá-las de forma leviana, porque o assunto é demasiado sério e deverá ser objeto de uma ponderação racional, esquecer, muitas vezes, os interesses ou estratégia política, e pensar nas pessoas e nos serviços de proximidade que têm de ser eficazes, de qualidade e que representem uma melhoria para os cidadãos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Submetida à aprovação a proposta de transferência de competências para as autarquias locais foi aprovada por maioria com 27 votos a favor, sendo 24 do PS, 2 independentes e 1 do PSD; 4 abstenções, sendo 3 do PSD e 1 do PCP/PEV.-----

No termo desta votação, foi deliberado, por unanimidade, aprovar esta parte da ata em minuta.-----

ENCERRAMENTO

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias.-----